

# Alienação de terras rurais causa polêmica

**JASON PASCOAL**

O segundo dia de convocação extraordinária da Câmara Legislativa foi marcada por uma certa calma durante a sessão. Isto porque, antes de irem para o plenário, os líderes dos partidos decidiram que apenas dez dos 24 projetos despachados pelo Governo do Distrito Federal seriam votados. Todos foram aprovados.

Entretanto, as bancadas do governo e oposição se engalfinharam em discussões sobre os projetos que serão apresentados no decorrer da convocação. O principal e mais polêmico deles é o Projeto de Lei 1.793 de 2000, que trata da alienação de terras públicas rurais pertencentes ao Distrito Federal.

Em 25 artigos, o projeto muda toda a legislação existente sobre a problemática questão da titularidade das terras públicas que foram arrendadas para pequenos agricultores.

Para começar, permite a alienação destas terras sem licitação, por meio de venda direta ao agricultor que há mais de um ano ocupe propriedade rural pública. Ou a qualquer pessoa que tenha atividade comercial relacionada diretamente à agropecuária, desde que respeitados alguns requisitos, como por exemplo, não ser proprietário de imóveis rurais no DF. Permite também que áreas de até 1.000 hectares sejam beneficiadas pela nova lei.

De tão inovadora, a proposta do Executivo local assustou até mesmo os deputados que formam sua bancada. Daniel Marques (PMDB) foi um dos primeiros parlamentares a falar em mudanças. "Algumas modificações terão que ser feitas", disse.

O deputado enumera, como as mais importantes alterações, a ampliação do prazo de ocupação para, no mínimo, cinco anos. Ele também quer a redução para 300 hectares da quantidade máxima de área a ser beneficiada.

"Queremos premiar quem está trabalhando na terra, mas não podemos permitir que outras pessoas especulem com as áreas rurais do DF." Na sua avaliação, são 200 mil hectares que podem ficar a mercê de aproveitadores.

Até o líder do governo na câmara, deputado José Edmar, aceitou negociar alguns pontos. "Não há nada que não possa ser aprimorado."

Foi exatamente a bandeira da grilagem que a oposição agarrou para criticar a proposta do governo.

"Do jeito que está, este projeto é um perigo porque permite a qualquer pessoa ocupar terras públicas e, em um ano, se tornar o legítimo proprietário", argumentou o deputado Renato Rainha (PL). "A titularização deve ser dirigida apenas para os agricultores", completou.